



79
208

Sétima Câmara Cível
Embargos de Declaração nº. 197120-4/02 - Vara da Fazenda Pública
da Comarca de Petrolina
Embargante: Estado de Pernambuco
Embargado: João Cedraz & Cia Ltda
Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

EMENTA: ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. PRETENSÃO ÚNICA DE REDISCUTIR MATÉRIA AMPLAMENTE ANALISADA. EMBARGOS CONHECIDOS E REJEITADOS. DECISÃO UNÂNIME.

- 5532
1. Da literalidade da Ementa do Acórdão vergastado, bem como do voto exarado por esta Relatoria, pode-se inferir que esta Câmara Cível discutiu e apreciou, detidamente, todos os argumentos desenvolvidos pelo ora embargante quando da análise da matéria em Recurso de Agravo nos autos em apenso.
 2. A matéria foi amplamente discutida no acórdão embargado. Dessa forma, percebe-se que os presentes aclaratórios se prestam a rediscutir matéria amplamente analisada com a nítida pretensão de ver reformada a decisão pela insurgência dos fundamentos utilizados, aduzindo a existência de lacunas, sem, contudo, apontá-las de forma objetiva.
 3. Pretende o embargante rediscutir matéria já examinada neste juízo *ad quem* através dos presentes aclaratórios, o que é manifestamente impossível diante do estreitamento desta via recursal, voltada exclusivamente para sanear eventuais falhas constantes no julgado, desde que previstas nas hipóteses do art. 535, CPC, o que, evidentemente, não é o caso.
 4. Mesmo quando visem especificamente ao pré-questionamento, não podem os embargos de declaração ultrapassar os contornos do artigo 535 do CPC.
 5. Embargos **CONHECIDOS** e **REJEITADOS**, considerando a inexistência de contradições, obscuridades ou omissões quanto à matéria posta em julgamento. Por unanimidade.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de **Embargos Declaratórios** nº **197120-4/02** da Comarca do Petrolina, em que figuram, como embargante o **Estado de Pernambuco** e, como embargado **João Cedraz & Cia Ltda**,



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo

02

ACORDAM os Desembargadores integrantes da 7ª Câmara Cível, por unanimidade, no sentido de **CONHECER** e **REJEITAR** os presentes aclaratórios, considerando a inexistência de contradições, obscuridades ou omissões quanto à matéria posta em julgamento, nos termos da notas taquigráficas em anexo, as quais ficam fazendo parte integrante deste.

Recife, 27 de *Agosto* de 2010.

Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo
Relator



Sétima Câmara Cível

Embargos de Declaração nº. 197120-4/02 - Vara da Fazenda Pública da Comarca de Petrolina

Embargante: Estado de Pernambuco

Embargado: João Cedraz & Cia Ltda

Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo

RELATÓRIO

Trata-se de **Embargos de Declaração** opostos pelo **Estado de Pernambuco**, com a finalidade promover o enfrentamento de questões atinentes ao cumprimento pelo embargante das regras dispostas na Lei Complementar Estadual nº 133/08.

Por ocasião do julgamento do Recurso de Agravo, esta Câmara Cível manteve o mesmo entendimento esposado monocraticamente por esta Relatoria, nos autos da Apelação Cível em apenso, declarando a extinção da ação executiva sem resolução de mérito, em virtude da ausência de interesse de agir da Fazenda Estadual por se tratar de valor irrisório, arquivando os autos sem baixa na distribuição.

Na exposição dos argumentos apresentados, aduz o Estado/embargante que o acórdão vergastado carece da necessária integração, para o fim de sanar os vícios de omissão, contradição e obscuridade apontados, atribuindo-se efeitos infringentes ao recurso para julgar procedente o agravo interposto.

É o que se tem de relevante a relatar.

VOTO

O acórdão embargado está acostado à fl. 19 dos autos do Recurso de Agravo em apenso.

Da literalidade da Ementa do Acórdão vergastado, bem como do voto exarado por esta Relatoria (fls. 20/23, dos autos apensos), pode-se inferir que esta Câmara Cível discutiu e apreciou, detidamente, todos os argumentos desenvolvidos pelo ora embargante quando da análise da matéria em Recurso de Agravo nos autos em apenso.

Ora, doutos Desembargadores, no voto proferido no Recurso de Agravo a matéria foi amplamente discutida. Dessa forma, verifica-se que os presentes aclaratórios se prestam apenas para rediscutir matéria amplamente analisada



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo

02

com a nítida pretensão de ver reformada a decisão pela insurgência dos fundamentos utilizados, aduzindo a existência de omissão, contradição e obscuridade. Se não vejamos.

Alega o Estado/embargante que a Lei Complementar nº 133/08 autorizou a Fazenda Estadual a se eximir em dar início à execução equivalente ou inferior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais) nos créditos de ICMS e R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) nos demais créditos, ou até mesmo a desistir ou requerer sua extinção.

Ressalta, no entanto, que a referida lei criou uma mera faculdade para a Fazenda Estadual, destacando a necessidade de se observar o valor total dos débitos do executado que, no caso em tela, perfaz o montante do R\$ 65.526,91 (sessenta e cinco mil, quinhentos e vinte e seis reais e noventa e um centavos), excedendo tal quantia aos limites permissivos da lei.

Aduz, ainda, que o afastamento da incidência do artigo 2º da supramencionada lei na decisão embargada, sem a declaração de sua inconstitucionalidade, não é possível, pois desrespeita o conteúdo da Súmula Vinculante nº 10 do STF, incorrendo assim em omissão quanto à questão.

Ocorre que, como bem ressaltado no acórdão embargado, o interesse de agir da Fazenda Estadual é de ser apurado e aferido em razão do procedimento executivo ora ajuizado, o qual decorre de cobrança de ICMS no valor de R\$ 2.847,19 (dois mil, oitocentos e quarenta e sete reais e dezenove centavos), conforme fls. 02/03 dos autos da Apelação Cível em apenso, razão pela qual considero irrelevante perquirir se existem, ou não, débitos outros imputáveis ao mesmo contribuinte.

Com efeito, se existem débitos outros, cobráveis pela via executiva, não se justifica, à luz do princípio da economicidade, o ajuizamento isolado de processo relativo a valor ínfimo, nem muito menos a respectiva tramitação isolada, sobretudo à luz do permissivo contido no art. 28 da Lei de Execuções Fiscais.

Ademais, somos pelo posicionamento de que pode o juiz sentenciante analisar se a quantia perseguida pelo credor denota sua inutilidade, sob pena de afrontar o próprio interesse público.

Em outras palavras, pretende o embargante rediscutir matéria já examinada neste juízo *ad quem* através dos presentes aclaratórios, o que é manifestamente impossível diante do estreitamento desta via recursal, voltada exclusivamente para sanear eventuais falhas constantes no julgado, desde que previstas nas hipóteses do art. 535, CPC, o que, evidentemente, não é o caso.



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo

02

Esse é o entendimento desta Corte de Justiça, conforme os julgados colacionados abaixo:

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - AUSÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE E CONTRADIÇÃO - PRETENDIDO O EMPRÉSTIMO DO EFEITO MODIFICATIVO - JULGADO ESCORREITO - EMBARGOS CONHECIDOS APENAS PARA FINS DE PRÉ-QUESTIONAMENTO DA MATÉRIA - RECURSO A QUE SE NEGOU PROVIMENTO - DECISÃO UNÂNIME. Matéria sabidamente conhecida deste Tribunal de Justiça. Decidida de forma incontroversa pela Câmara. **Pretensão de modificar o julgado que se encontra, absolutamente, isento de vício. Embargos declaratórios conhecidos para fins de pré-questionamento. Recurso a que se negou provimento, à unanimidade de votos.**

(Embargos de Declaração 97188-4/01 Recife 00971884 Relator Antônio Fernando de Araújo Martins 6ª Câmara Cível 23/2/2007 09:00 Publicação 62)

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - INOCORRÊNCIA DE OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU OMISSÃO NO ACÓRDÃO - APRECIÇÃO MINUCIOSA E PRECISA DE TODA MATÉRIA POSTA EM JULGAMENTO - PREQUESTIONAMENTO - EMBARGOS CONHECIDOS - RECURSO IMPROVIDO - DECISÃO UNÂNIME. 1. Os Embargos de Declaração são cabíveis quando houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade, contradição ou for omitido ponto sobre o qual o juiz ou tribunal devia pronunciar-se (Incisos I e II, do art. 535, do CPC), e, em face de construção jurisprudencial, admissíveis frente a decisões judiciais em sentido amplo. Em regra, não possuem caráter modificativo ou substitutivo, tendo, na verdade, um alcance muito mais integrativo ou esclarecedor. 2. Inexiste a alegada omissão, uma vez que a toda a matéria impugnada foi analisada no acórdão embargado entendendo o Órgão Julgador os juros de mora não constituem acréscimos ao valor da condenação, são apenas atualização do valor da moeda, tendo em vista que a sua configuração histórica sofre modificações com o decurso do tempo. 3. A alegação de que não houve menção no julgado concernente ao dispositivo indicado pelo Embargante, tenho que não merece respaldo, uma vez que o Julgador não está obrigado a tecer considerações a respeito de todas as regras jurídicas, pontos e argumentos invocados pelas partes, mas a julgar a questão posta em exame de acordo com as provas produzidas nos autos, enfocando aspectos pertinentes ao tema e a legislação que entender aplicável ao caso concreto. 4. **Embargos Declaratórios conhecidos, para fins de pré-questionamento, porém rejeitados à unanimidade.**

(Embargos de Declaração 127110-7/01 Recife 01271107 Relator Fernando Cerqueira 7ª Câmara Cível 20/6/2006 09:00 Publicação 135)

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL - EXECUÇÃO FISCAL - PRESCRIÇÃO - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CONHECIDOS PARA FINS DE PRÉ-QUESTIONAMENTO - NEGATIVA DE PROVIMENTO NOS DEMAIS FINS A QUE SE PROPUGNA O ESTADO RECORRENTE - DECISÃO UNÂNIME. - **Diante da inexistência de omissão, contradição, há conhecimento da matéria articulada para efeitos de pré-**



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo

02

questionamento. - Unanimemente, conhecidos os embargos de declaração apenas para fins de pré-questionamento, negando-lhes provimento.

(Embargos de Declaração 92831-0/01 Recife 00928310 Relator Antônio Camarotti 8ª Câmara Cível 27/4/2006 14:00 Publicação 128)

Note-se que, mesmo quando visem especificamente ao pré-questionamento, não podem os embargos de declaração ultrapassar os contornos do artigo 535 do CPC.

Em face do exposto, meu voto é no sentido de **CONHECER** e **REJEITAR** os presentes aclaratórios, considerando a inexistência de contradições, obscuridades ou omissões quanto à matéria posta em julgamento.

É como voto.

Recife, 09 de fevereiro de 2010.

Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo
Relator